

A trajetória intelectual de Frank Ankersmit

The intellectual trajectory of Frank Ankersmit

Alfredo dos Santos Oliva¹

Jonathan Menezes²

RESUMO



Para levar a termo o desafio de analisar alguns aspectos do pensamento de um dos maiores expoentes da teoria da história da atualidade, o holandês Frank Ankersmit, começamos nossa exposição com uma breve descrição de sua trajetória intelectual. Em seguida; identificamos, de forma ainda muito panorâmica, os temas mais recorrentes em seus escritos. Por fim, colocamos o foco em um conceito que consideramos fundamental para a compreensão de seus escritos, o de representação histórica. A este conceito estariam atrelados tantos outros, mas, por uma questão de economia de espaço, não vamos analisá-los de forma detalhada. Afinal, este é apenas um convite introdutório à leitura de textos de um pensador de extrema riqueza e complexidade na formulação de suas ideias.

Palavras-chave: Frank Ankersmit. Historiografia e Pós-modernidade. Teoria da História. História da Historiografia. História Intelectual.

ABSTRACT



In order to take forward the challenge of analyzing some aspects of the thought of one of the major exponents within the contemporary theory of history, the Dutch man Frank Ankersmit, (1) we begun our exposition with a brief description of his intellectual trajectory. Next, (2) we identified panoramically the most recurrent themes in his writings. Finally, (3) we focused in the concept of historical representation, which we consider being fundamental to understanding most of his writings. Many others concepts would be tied to this one, but for the sake of saving space, we will not give them a detailed and proper approach. Furthermore, this can be considered a preliminary invitation to read texts from a theorist extremely rich and also complex in the formulation of his ideas.

Keyword: Frank Ankersmit. Historiography and Postmodernity. Theory of History. History of Historiography. Intellectual History.

¹ Doutor em História pela UNESP e professor adjunto no Departamento de História da UEL.

² Mestre em História Social pela UEL, professor da FTSA.

Somos uma geração de epígonos, condenada a repetir e a variar o trabalho de nossos grandes predecessores [...]. Simplesmente porque, por alguma razão perversa, o trabalho verdadeiramente original se tornou impossível. (ANKERSMIT, 2003: p. 421).

O encontro aconteceu em uma tarde de sábado, no mês de outubro de 2012. Chegamos logo após o almoço a um hotel localizado em uma das esquinas mais movimentadas da cidade de Londrina. Anunciamos nossos nomes na portaria e dissemos que desejávamos falar com o Sr. Frank Ankersmit. Um de nós pega o interfone e comunica que já chegamos e que o aguardamos no saguão.

Alguns minutos se passam e, então, nos vemos diante de um senhor de cabelos lisos e totalmente brancos e que possuía um bigode de igual cor. Ele falava um inglês elegante e marcado por uma entonação holandesa. Sua voz é discreta e serena. Estávamos diante de um homem bem vestido, mas de uma aparência de simplicidade.

Pedimos a chave de uma sala de reunião do hotel e nos sentamos em torno de uma mesa com gravadores ligados. Começamos o bombardeio de perguntas que o entrevistado respondia com muita calma e riqueza de detalhes. Após quase duas horas, estávamos com a curiosidade saciada e um pouco cansados. O esforço mental para elaborar perguntas e procurar compreender o que nosso entrevistado nos dizia em um idioma que não falamos cotidianamente havia nos desgastado. Ainda assim, estávamos empolgados com o que tínhamos ouvido e com a sensação de termos colhido preciosas informações com um personagem importante do cenário de debates sobre teoria da história!

Ao final da entrevista, pedimos que nos deixasse tirar algumas fotos ao seu lado. Ao posarmos ao seu lado, um pouco timidamente, um de nós coloca o braço sobre seus ombros. Ele acolhe a iniciativa com simpatia, sorri e diz de forma matreira “friends forever!”, em uma demonstração clara de que, além de inteligente, era uma pessoa muito bem humorada.

É um privilégio e, ao mesmo tempo, um grande desafio poder falar com um dos mais importantes expoentes do debate historiográfico e da filosofia da história na atualidade. Benefício porque podemos ler seus textos, conhecer os debates nos quais está envolvido e tratar diretamente com ele para interrogar se o compreendemos de forma razoável ou adequada. Mas é também uma “saia curta”, pois nos coloca diante de uma obra aberta, que ainda pode se transformar ou sofrer guinadas (como as que aqui relataremos) e fazer de nossas afirmações algo superado.

Quando fomos desafiados a escrever este texto, já tínhamos trabalhado na tradução de uma coletânea de textos teóricos de F. R. Ankersmit (ANKERSMIT, 2012a) e também já havíamos estabelecido contato com ele para convidá-lo a proferir uma palestra na abertura

de um evento na cidade de Londrina, localizada no Norte do estado do Paraná. Os textos traduzidos se transformaram em um livro que foi lançado por ele, pessoalmente, em nosso país. Aproveitando sua presença em nossa terra, elaboramos uma longa entrevista para produzir o ensaio que ora apresentamos para nossos leitores e leitora. Com essa informação, queremos dizer que nossas colocações abaixo estão ancoradas em duas fontes: bibliografia e entrevista ao vivo.

A entrevista que fizemos ao vivo com Ankersmit não foi a primeira que ele nos concedeu. A coletânea de textos teóricos de sua autoria que traduzimos (ANKERSMIT, 2012a) traz, na sua parte final, um conjunto de perguntas que elaboramos e enviamos para ele por e-mail. Muito atenciosamente, ele apresentou várias respostas longas e detalhadas por escrito, o que nos foi muito esclarecedor, pois até o momento, conhecíamos (traduzido para nosso idioma) apenas três textos de sua autoria³. Todos eles versando sobre o debate a respeito da relação entre pós-modernidade e história. Tudo indica que o teor específico da discussão sobre pós-modernidade tenha marcado nosso personagem de forma injusta como um inveterado defensor de tal perspectiva, fato que não pôde ser confirmado quando mantivemos contado com ele nas duas situações mencionadas (entrevista por e-mail e conversa ao vivo), nem por suas mais recentes publicações. Esperamos que este texto nos dê a oportunidade de situar o leitor ou leitora acerca destes debates, bem como pelos desencontros por eles desencadeados entre nós, historiadores brasileiros.

Para levar a termo nossos privilégios e desafios de analisar o pensamento de um dos grandes expoentes da teoria da história da atualidade, começamos nossa exposição com uma breve descrição de sua trajetória intelectual. Em seguida, identificamos, de forma ainda muito panorâmica, os temas mais recorrentes em seus escritos. Por fim, detivemo-nos em um conceito que consideramos fundamental para a compreensão de seus escritos, o de representação histórica. A este conceito estariam atrelados tantos outros, mas, por uma questão de economia de espaço, não temos condições de descrevê-los agora de forma detalhada. Afinal, este é apenas um convite introdutório à leitura de textos de um pensador de extrema riqueza e complexidade na formulação de suas ideias.

1. Trajetória intelectual

³ Os textos são os seguintes: um artigo publicado na Revista *Topoi* (ANKERSMIT, 2001a: p. 113-135); uma réplica acadêmica de P. Zagorin, que teve direito a uma tréplica (ANKERSMIT, 2001b: p. 153-173); um capítulo em um livro organizado por um brasileiro (ANKERSMIT, 2006: p. 95-114).

1.1. Formação intelectual

Começando pelo elementar: quem é Frank Ankersmit? Historiador e filósofo holandês, nascido em Deventer (Holanda), em 20 de março de 1945. Concluiu seu doutorado em Filosofia em 1981, e desde 1974 veio assumindo diferentes posições no Departamento de História da Universidade de Groningen, também na Holanda. A partir de 1992, ocupou a cadeira de História Intelectual e Teoria da História e Historiografia na mesma universidade. Desde 1986 tornou-se membro da Academia Real de Ciências da Holanda (KNAW). Passou a ser coeditor (com Mark Bevir, Jeff Malpas e Paul Roth) da *Revista de Filosofia da História* (2007 até a atualidade), que visa restabelecer contatos entre a teoria da história e os desenvolvimentos recentes na Filosofia da Linguagem. Além disso, há tempos tem colaborado como membro do conselho editorial de várias revistas internacionais e de uma série de livros chamada *Transformation in arts and culture* (Transformação na arte e cultura). Seu mais recente livro em inglês é *Meaning, Truth and Reference in Historical Representation* (Significado, Verdade e Referência na Representação Histórica), e sua primeira obra traduzida para o português, intitulada *A escrita da história*. Atualmente, Ankersmit encontra-se aposentado, mas prossegue atuando como escritor e conferencista, e bastante interessado em reestruturar o campo intelectual no qual, há décadas, tem se dedicado com grande interesse: a filosofia da história.

Um pouco da complexidade e riqueza de sua trajetória intelectual pode ser encontrada em alguns artigos, como a entrevista concedida a Ewa Domanska em seu excelente trabalho de compilação de trajetórias intelectuais, chamado *Encounters* (Encontros), sobre a filosofia da história após o advento do pós-modernismo, ou ainda em seu ensaio autobiográfico para a série *Invitation to Historians* (Convite aos Historiadores), da Revista *Rethinking History*. Em parte gostaríamos de utilizar esses textos como base para o relato que aqui será feito, além de outros artigos de comentaristas da obra de Ankersmit.

Depois de deixar a escola secundária na Holanda, os primeiros passos na vida acadêmica de Ankersmit, curiosamente, não se deram no campo da história ou da filosofia, mas das ciências exatas, no caso a matemática e a física. Atendendo ao apelo positivista, ainda forte naquele tempo, inclusive em sua família, Ankersmit decidiu cursar essas disciplinas, mas, após três anos desde seu ingresso, percebeu que aquela havia sido uma escolha ruim, pois não julgava ter o tipo de mente adequada para esta área. Seu interesse pela história vinha desde o período de sua adolescência, quando ele relata ter desenvolvido uma busca nostálgica pelo século XVIII, inspirado pela música de Bach, Mozart e outros compositores setecentistas. Foi então que ele descobriu que gostaria de ter vivido no século XVIII durante os 50 anos que precederam à Revolução Francesa, que ele entende ter sido “o apogeu da civilização ocidental” (DOMANSKA, 1998: p. 67). Assim, ele decidiu seguir o instinto de sua primeira paixão e foi fazer história. Sua primeira impressão, ao ingressar no

mundo dos historiadores no fim dos anos 1960 e início dos 1970, foi a de que aquela era, obviamente, uma disciplina inteiramente diferente de tudo o que havia cursado até então.

A segunda impressão, um tanto desapontadora para ele, era de que um estudante de história poderia muito bem apresentar uma tese de doutorado meramente discutindo as obras de Hobbes, Kant ou Sartre, sem a impulsão de apresentar nada que fosse ligeiramente original. Tomando a física como exemplo, ele defendia a ideia de que, em uma tese de doutorado, alguém deveria apresentar algo novo, alguma coisa que ninguém teria pensado antes dele, e não apenas fazer comentários, como que notas de rodapé, sobre as obras de autores como os acima mencionados. Então ele começou a pensar em questões mais abstratas sobre a história, tais como: qual é, afinal, a peculiaridade da história? Porque esta disciplina tem de ser ensinada nas universidades? Ou por que ela deve ser intelectualmente levada a sério? Questões como essas o levaram a se interessar pela área de teoria da história e, como consequência, pela filosofia, como uma disciplina que o ajudaria a respondê-las mais adequadamente (DOMANSKA, 1998: p. 69).

Seu primeiro livro, *Narrative Logic* (Lógica Narrativa), de 1981, é, reconhecidamente, uma mescla disso tudo: resultado de sua tese de doutorado em que lança mão de conceitos, como o de “substância narrativa”⁴, em uma abordagem inovadora, tendo a filosofia, especialmente Leibniz, como fonte de inspiração e interlocutora direta na teoria da história por ele proposta. Até hoje, por acreditar que com esse livro ele tenha entrado em uma nova e interessante área da investigação teórica, Ankersmit o considera uma das melhores coisas que já escreveu, o que fica evidente uma vez que é, de suas obras, a mais bem referendada por ele em seus artigos. Porém, se para Ankersmit *Narrative Logic* é um dos melhores livros que ele redigiu, o mesmo não está para alguns de seus leitores ou leitoras. Primeiro, porque o texto é um espécime da filosofia da história anglo-saxã, não muito familiar aos leitores ou leitora mais acostumados com o estilo francês. Além disso, para seu autor, o livro também não teve o mínimo impacto esperado no pequeno mundo dos teóricos da história, além de ter sido publicado por uma editora pequena e de baixa circulação. Para piorar, um dos fortes baques que o livro sofreu foi com a resenha crítica – a mais hostil e de mente estreita já escrita nesta revista, conforme testemunha Ankersmit – feita por McCullagh, teórico de tendência positivista, na *History and Theory*, que, por ironia, havia sido recomendado pelo próprio Ankersmit, junto aos editores da revista à época, para que comentasse seu livro. Essa é uma boa maneira, dizia ele, de alguém voluntariamente entregar uma faca para que o outro corte sua própria garganta! (DOMANSKA, 1998: p. 71).

4 Como Ankersmit explica em outro lugar, “a substância narrativa de uma narrativa histórica é um conjunto de afirmações que, juntas, incorporam a representação do passado proposta na narrativa em questão. Assim, as afirmações de uma narrativa histórica não apenas descrevem o passado, elas também o individualizam, ou definem, a natureza de tal substância narrativa”. A substância narrativa, dessa forma, não é tanto uma parte da realidade quanto o é do universo narrativista do historiador (ANKERSMIT, 1988b: p. 219).

Propositalmente, então, ensejando que a recepção de seu pensamento fosse maior, Ankersmit passou a direcionar seus escritos para o campo da filosofia da linguagem, dialogando com pensadores como Foucault, Barthes e Derrida. Dessa forma foi que nasceu, por exemplo, um dos ensaios mais comentados e controversos já escritos pelo autor, “Historiografia e Pós-modernismo”, produzido para uma conferência de história em Utrecht, Holanda, em 1988 e publicado no ano seguinte na revista *History and Theory* (ANKERSMIT, 1988a: p. 137-153). Teóricos pós-modernistas da história, como Keith Jenkins, afirmam que aquele ensaio foi pioneiro em introduzir a discussão e o problema do pós-modernismo no campo da historiografia, e mais adiante veremos por quê.

1.2. *Influências teóricas*

Além da ontologia de Leibniz, que segundo Ankersmit o ajudou a compreender melhor noções capitais ao trabalho historiográfico, como a de metáfora ou a de perspectiva na escrita da história, o texto do historiador e suas propriedades lógicas, e de fenômenos como a intertextualidade dentre outras coisas, três outras influências teóricas foram fundamentais na filosofia da história de Frank Ankersmit, admitidamente por ele mesmo: Richard Rorty, Arthur Danto e Hayden White. Conforme declarou o próprio Ankersmit (ANKERSMIT, 1988a: p. 74), a noção de “espelho”, desenvolvida por Rorty em seu livro *A filosofia e o espelho da natureza*, foi uma espécie de dádiva para ele, na compreensão do caráter não referencial das substâncias narrativas e pela defesa, à época (meados da década de 1990) ainda intacta neste historiador, da ruptura dos “laços epistemológicos entre o texto do historiador e a realidade passada, e de que os teóricos da história sempre estiveram à procura de algo que nunca existiu e nem poderia ter existido” (ANKERSMIT, 1988a: p. 74).

Assim, Ankersmit passou a utilizar a noção de substância narrativa (e depois, de representação histórica) como um “substituto” do passado, que já não mais existe. Aqui foi também fundamental, para ele, a influência de Arthur Danto, especialmente de seu livro *A transfiguração do lugar-comum*, que toma obras de arte como substitutos de algo na realidade. Então, a representação do passado produzida pelo historiador seria um substituto para o passado, tendo a mesma categoria ontológica que ele. Neste quesito em particular, podemos ver também o abandono, tantas vezes declarado por Ankersmit, da epistemologia em nome da estética, disciplina em que se localiza a noção de representação.

Junto com Rorty, nas palavras do próprio Ankersmit, White tem sido uma de suas maiores fontes de inspiração (ANKERSMIT, 1988a: p. 75), e, em nossa interpretação, é a principal, por isso investiremos um pouco mais na influência dele sobre nosso personagem. São dois autores inteiramente diferentes para ele. Enquanto Rorty escreve com clareza, dando a seus leitores quase sempre a precisa noção do que ele está fazendo, White precisa

ser lido por repetidas vezes para que, em cada novo olhar, o leitor se dê conta de um *insight* que antes não havia percebido. Antes de tudo, Ankersmit procura deixar claro, em mais do que um de seus escritos, que, para ele, White foi quem revolucionou a teoria da história introduzindo nela a discussão proposta pela virada linguística.

E White assim o fez especialmente em sua obra magna, *Meta-História*, sobre a imaginação histórica na historiografia do século XIX. Ankersmit defende que a teoria da história, após a publicação desta obra, tornou-se uma disciplina inteiramente diferente. E isto se deu, sobretudo, como argumenta o autor, tendo em vista a sua principal tese, qual seja, a de que nossa compreensão do passado é determinada não apenas por aquilo que nele ocorreu (isto é, pelos eventos ou fatos do passado), mas pela linguagem utilizada pelo historiador para falar do passado. Dessa forma, para White, o historiador não apenas “descobre” coisas no passado, mas também as “inventa”. Como ele explica em suas próprias palavras:

Diz-se às vezes que o objetivo do historiador é explicar o passado através do “achado”, da “identificação” ou “descoberta” das “estórias” que jazem enterradas nas crônicas; e que a diferença entre “história” e “ficção” reside no fato de que o historiador “acha” suas estórias, ao passo que o ficcionista “inventa” as suas. Essa concepção da tarefa do historiador, porém, obscurece o grau de “invenção” que também desempenha um papel nas operações do historiador. [...] O historiador arranja os eventos da crônica dentro de uma hierarquia de significação ao atribuir aos eventos funções diferentes como elementos da história, de maneira a revelar a coerência formal de um conjunto completo de eventos como um processo compreensível, com princípio, meio e fim discerníveis. (WHITE, 2008: p. 22).

Embora haja uma identificação inconsciente entre os pressupostos de White neste livro com os da virada linguística, Ankersmit afirma que ela aparece apenas de modo indireto nos escritos do autor norte-americano; isto, pois nem sequer é mencionada ou levada diretamente em consideração por ele. A explicação mais plausível, na visão de Ankersmit, pode estar no fato de que White “encontrou sua principal fonte de inspiração, não na filosofia da linguagem, mas na teoria literária” (ANKERSMIT, 2012a: p. 109). De qualquer forma, Ankersmit desenvolveu, ao longo de seus escritos, ao mesmo tempo uma afinidade com o pensamento de White, por um lado, e uma tentativa de superação, por outro. A afinidade fica evidente não somente pela recorrente aparição de White nos escritos de Ankersmit, como já mencionamos, mas pelo respeito e admiração por ele demonstrados em relação à obra do teórico literário como um todo.

Como Ankersmit procurou deixar claro em diferentes momentos, para ele, sem a *Meta-História* a teoria da história muito provavelmente teria morrido prematuramente como

disciplina, uma destruição que passaria despercebida no mundo intelectual contemporâneo (DOMANSKA, 1998: p. 91-92). Isto, pois as afirmações de White neste livro “significaram uma decisiva mudança de paradigma na teoria da história; tratou-se de uma tremenda melhora em relação às inúteis e infrutíferas discussões entre adeptos do modelo de cobertura legal e hermeneutas” (ANKERSMIT, 2012a: p. 21).

Em contrapartida, em relação a uma segunda parte desta obra magna de White, Ankersmit tende a ser mais crítico. Ele explica que, embora a teoria da história de White tenha um grande valor interessado na escrita da história, ela pouco ou nada tem a dizer sobre a existência de uma maneira mais adequada de explicar o passado, que melhor justiça faça a ele, em detrimento de outras. A teoria literária de White é, de acordo com Ankersmit, “indiferente ao sucesso representacionalista” (ANKERSMIT, 2012a: p. 22), indiferença que ele não visualiza como sendo cabível ao ofício do historiador. Enquanto White focaliza apenas o texto histórico, não deixa espaço para a preocupação com a discussão dos aspectos epistemológicos da relação entre história e passado, ou do texto histórico e a parte do passado por ele representada. E é esta situação que, em escritos mais recentes – como os destacados no início deste tópico – Ankersmit tem a intenção de remediar esta situação, postulando uma teoria da história que se preocupe com o sucesso representacionalista.

Daí sua tentativa de superar White, até por admitir, em outro escrito, que pouca coisa mudou no campo da teoria da história desde a *Meta-História*. “Sejamos honestos e cândidos a esse respeito”, assevera, “ainda estamos fazendo essencialmente as mesmas coisas que White havia posto na agenda há trinta anos” (ANKERSMIT, 2003: p. 434). A preocupação atual de Ankersmit pode ser resumida, portanto, em como fazer a história e a teoria da história interessante e relevante outra vez, sem ter que repetir os jogos epistemológicos de seus antecessores – como a tropologia, de White, o pragmatismo, de Rorty, ou a desconstrução, de Derrida – mas apresentando novas e promissoras questões e importantes *insights* sobre a natureza da escrita histórica.

2. *Temas recorrentes*

Se pensarmos em temas como expressões mais gerais que os conceitos, então aqueles poderiam servir de como que de horizontes para estes. Os temas seriam como que molduras teóricas nas quais os conceitos, mais específicos, estariam enquadrados. Assim, neste subitem vamos desses termos mais globais que chamamos de temas e no próximo nos dedicaremos aos conceitos.

Identificamos dois temas como sendo fundamentais e recorrentes nos escritos de Ankersmit: pós-modernidade e virada linguística. Ao tratarmos dos dois, estaremos também como que construindo um contexto teórico ou filosófico do pensamento de Ankersmit.

2.1. *Pós-modernidade*

Começamos com o tema da pós-modernidade, que foi por nós objeto de investigação em outra oportunidade (OLIVA, 2012: p. 47-100; MENEZES, 2012: p. 101-136). Como a expressão traz em si um prefixo (pós) que faz uma referência a outro conceito, o de modernidade, não vemos outra saída para entrar no debate senão começar por uma caracterização da modernidade. Depois de identificarmos os principais valores da modernidade, estaremos em condições de dizer quais seriam os valores que a pós-modernidade teria a pretensão de superar ou, ao menos, problematizar.

Compreendemos por modernidade um conjunto de fenômenos que, primeiramente, se conformaram em um paradigma filosófico, que teria começado a ser elaborado entre os séculos XVI e XVII e assumiu seus contornos de forma clara na filosofia iluminista do século XVIII. Os principais aspectos deste modo de pensar poderiam ser assim descritos: valorização do livre e público uso da razão ou racionalidade, crença na autonomia e liberdade do sujeito, otimismo em relação à capacidade da ciência para melhorar a qualidade de vida do ser humano, valorização do conhecimento científico em detrimento de outras formas de saber (filosofia, estética, arte, senso comum, religião) e uma visão epistemológica dualista (há um sujeito conhecedor distinto dos objetos que investiga).

Na transição entre os séculos XVIII e XIX a modernidade deixou de ser um paradigma estritamente filosófico (alguma coisa pertencente ao mundo das ideias) e começou a se transformar em um paradigma societário (algo que configura o mundo empírico ou social), dando origem ou conformando modos de vida e instituições das sociedades capitalista e, posteriormente, socialista.

A partir de meados do século XX, uma crítica sistemática a esse paradigma (tanto filosófico quanto societário) começou a ser elaborada, embora possamos encontrar muito antes disto diversas oposições dispersas, especialmente no campo da filosofia. Assim, pós-modernidade seria a palavra que melhor poderia descrever o momento em que vivemos na atualidade, que talvez deva ser definido como um tempo de transição paradigmática. A visão de mundo moderna ainda imperaria nas nossas sociedades, mas a cada dia os contornos do novo paradigma (pós-moderno) estaria avançando, sendo a sua utopia não apenas ser elaborado com mais precisão e clareza, mas também vir a influenciar de forma intensa modos de vida e instituições do mundo em que vivemos.

Por sua vez, a pós-modernidade poderia ser caracterizada pelos seguintes aspectos: valorização do livre e público uso da razão, crença na autonomia e liberdade relativas do sujeito, relativização da crença na capacidade da ciência em melhorar a qualidade de vida do ser humano, valorização do conhecimento científico tanto quanto de outras formas de saber (filosofia, estética, arte, senso comum, religião etc.) e uma visão epistemológica não dualista (para alguns, a linguagem seria o único ser acerca do qual se pode dizer algo e não se deveria aventurar a dizer alguma coisa acerca do mundo extralinguístico).

O artigo de Ankersmit (ANKERSMIT, 2001a: p 113-135), publicado na revista brasileira *Topoi*, em 2001, foi escrito originalmente em 1988. O texto, assim como sua tréplica (ANKERSMIT, 2001b: p 153-173), deixa a impressão, ou mesmo a equivocada certeza, de que o nosso filósofo da história seria um ferrenho defensor do pós-modernismo. Cremos se tratar de uma falsa, porém fundada, impressão, pois em entrevista concedida a Ewa Domanska, publicada em 1998, suas declarações já mostravam que as coisas não eram bem assim. Quando questionado (DOMANSKA, 1998: p. 89-90) se ele se via como uma pessoa que realmente experienciava o pós-modernismo de nosso tempo, respondeu que não diria que é um pós-modernista no mesmo sentido em que se pode ser socialista ou vegetariano. Na continuidade da sua resposta, explica que pós-modernidade seria um termo que serve bem para caracterizar as tendências filosóficas da atualidade, marcadas por alguns aspectos, como fragmentação, desintegração e ausência de um centro, mas não apresenta justificativas para sua negativa à adesão ao pensamento pós-moderno.

Deste modo, podemos dizer que ele afirma que não é um pós-modernista, mas não explica bem a razão disso. Todavia, na entrevista que fizemos com Ankersmit, publicada em 2012, quando interrogado sobre o assunto, fornece uma explicação que não deixa mais dúvidas sobre sua posição teórica, assim como as razões para isso:

Quero dizer que o pós-modernismo poderia ter sido elaborado para olhar melhor através da demonstração do que tinha em comum com o historicismo e não o contrário. A explicação é que, para mim, o historicismo tal como se desenvolveu nos séculos 19 e início do 20 era uma teoria muito mais profunda do que o pós-modernismo. Não em último lugar, porque o pós-modernismo atraiu uma série de reflexões desleixadas e irresponsáveis e é por isso que eu não gostaria mais de me caracterizar como um pós-modernista. (ANKERSMIT, 2012a: p. 320).

Em síntese, diríamos que Ankersmit é um grande conhecedor e expositor do debate filosófico sobre o pós-modernismo e o faz especialmente no interior do campo da teoria da história; durante certo tempo até fez uso da discussão e flertou com as aporias pós-modernistas, mas, sobretudo em tempos mais recentes, não deve ser visto como alguém que se coloca no interior do pós-modernismo como que assumindo, militantemente (como o

fazem outros teóricos da história, por exemplo, Keith Jenkins ou Alun Munslow), as posturas epistemológicas ali advogadas ou defendidas. O trânsito de Ankersmit pelo pós-modernismo, ao que tudo indica, foi ocasional, profícuo, mas, para decepção de seus admiradores pós-modernos, temporário.

2.2. *Virada linguística*

Para compreender melhor a relação de Ankersmit com o pós-modernismo, é preciso também entrar no debate sobre o envolvimento da historiografia com a virada linguística. Antes de tudo, esclarecendo o significado desta transformação oriunda do campo filosófico que tem repercutido em diversas áreas do saber. Entendemos a virada linguística como uma transformação epistemológica na filosofia contemporânea (que começou a se configurar desde as primeiras décadas do século XX), embora se deva considerar que alguns autores ou autoras antes disto anteciparam alguns de seus debates centrais.

Podemos identificar F. Nietzsche como um importante precursor da *linguistic turn*. M. Foucault seria outro destacado difusor da virada linguística, ou pelo menos pode se dizer que seu modo de filosofar era coerente com os debates dos filósofos pós-virada linguístico-pragmática. Cremos que a maior expressão nas últimas décadas deste modo de filosofar tenha sido R. Rorty. Suas ideias ainda estão por ser estudadas e assimiladas pelos historiadores que desejarem levar as consequências da virada linguística a sério em seu ofício.

Esta guinada filosófica implica que o historiador deveria passar a colocar seu foco de investigação na multiplicidade de linguagens produzidas pelos seres humanos ao longo da história. Não se trata de uma negação da existência de qualquer “objeto” ou evento que não tenha caráter linguístico. Apenas significa que o historiador ou historiadora não poderia dizer nada que estivesse fora do âmbito da linguagem. Pelo menos, ele ou ela não poderia reivindicar que seu discurso sobre o passado seria correspondente a eventos extralinguísticos.

A virada linguística significa uma mudança radical no foco objetual de investigação do historiador ou historiadora. Se este ou esta (quase) sempre se perguntou pelo que havia acontecido no passado, agora passará a questionar as representações ou apreensões que as pessoas ou grupos sociais fizeram de seu tempo. Assim, o foco se deslocaria do evento extralinguístico para a constituição de práticas discursivas, se quisermos usar um termo da linguagem foucaultiana. Jamais poderíamos ter acesso à realidade tal como aconteceu, ou mesmo poderíamos questionar a própria existência de algo como uma “realidade em si”.

Poderíamos apenas escavar resquílios linguísticos e ou discursivos através de documentos (escritos, obras de arte, livros, objetos etc.).

Deste modo, a virada linguística implicaria na criação de um novo jogo de linguagem no interior do campo historiográfico. A busca da verdade precisaria ser suplantada pela pesquisa rigorosa, metódica, “científica”, mas que nos colocaria no embate político das probabilidades. Não haveria pesquisa mais verdadeira que outra, mas sim investigação mais sustentável documentalmente que as demais. Se abrissemos mão de reivindicar a verdade para aquilo que dizemos, não poderíamos cair na inocência de achar que toda afirmação é válida. Nosso embate não seria mais por verdades que correspondam a fatos, mas por argumentos que seriam mais sustentáveis linguisticamente do que outros mais frágeis e documentalmente vulneráveis ou improváveis. O trabalho historiográfico passaria a ser avaliado por seu rigor metodológico e por seu embasamento documental e não por sua aproximação da verdade, uma vez que esta palavra deveria ficar fora de nosso vocabulário técnico.

A virada linguístico-pragmática implicaria na instalação de uma visão perspectiva da “realidade”. Como não pode haver verdade, ao menos em seu sentido metafísico, restaria a elaboração de perspectivas ou interpretações dos eventos. O historiador ou historiadora seria um intérprete da realidade socialmente construída. Não faria isso como quem se coloca em uma torre de marfim para julgar outras interpretações, mas entraria em um embate de interpretações. Procuraria defender suas explicações através da razão e dos argumentos, não porque elas sejam mais verdadeiras (metafisicamente fundamentadas ou fundamentáveis), mas porque podem ser mais úteis.

Para Michel de Certeau, os historiadores, enquanto falam da história, estão sempre situados na história. Em *A escrita da história*, o autor lança a pergunta: “A linguagem, não tem ela como regra implicar, embora a colocando como outra que não ela mesma, a realidade da qual fala?” (DE CERTEAU, 2006: p. 33). Ora, historiadores ou historiadoras “antiquários” questionam esse novo “império” da linguagem no campo da história temendo, talvez, uma evasão geral dos métodos considerados “consagrados” e que delimitam o seu trabalho. A pergunta que pode ser feita, nesse sentido, é: à medida que tomamos consciência da interferência da linguagem no ato de se produzir um texto qualquer, ou um texto historiográfico, como escapar dos mecanismos ou regras propriamente linguísticas e discursivas que perfazem essa produção? Como deixar de pensar no tipo de história produzida por nós, historiadores e historiadoras, diante da inserção (ou tomada de consciência da mesma) da disciplina nesse campo constituído pela linguagem? Diante das imposições da linguagem contemporânea, Michel de Certeau afirma que a história da difusão de um dado conhecimento, será a história de uma degradação progressiva, e complementa:

Mesmo remontando incessantemente às fontes mais primitivas, perscrutando nos sistemas históricos e linguísticos a experiência que escondem ao se desenvolverem, o historiador nunca alcança a sua origem, mas apenas os estágios sucessivos da sua perda. [...] Ainda que isto seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é *sempre dirigida por uma leitura do presente*. Com efeito, tanto uma quanto a outra se organizam em função de problemáticas impostas por uma situação. (DE CERTEAU, 2006: p. 34).

Do primeiro capítulo dessa obra, em que Certeau se propõe analisar o fazer ou as práticas e discursos historiográficos, destacamos outras três importantes questões que o autor coloca, relevantes ao debate em questão.

Primeiro, *existe uma historicidade na história*. “Ela implica no movimento que liga uma prática interpretativa a uma prática social”. (DE CERTEAU, 2006: p. 33) Nesse tópico o autor fala de uma “revolução fundamental” que ocorreu no olhar do historiador ou historiadora para seu objeto (nesse caso, o passado). Trata-se de uma transformação que “substitui o fazer historiográfico ao dado histórico. Ela transforma a pesquisa de um sentido desvendado pela realidade observada, em análise de opções ou das organizações de sentido implicadas por operações interpretativas”. (DE CERTEAU, 2006: p. 41) Isso não significa que a história renuncia à realidade – o que seria uma forma de resposta à crítica comum aos historiadores e historiadoras pós-modernos, de que fazem “ficção” e não história. O que muda, segundo Certeau, é a relação com o real. Os sentidos não são, assim, produtos “dados” por uma apreensão direta, “objetiva”, do real, mas são resultados do fazer histórico: uma prática, articulada a um lugar e a uma instauração de conhecimentos por meio da escrita.

Segundo, a *história se articula entre dois polos*: por um lado, remete a uma prática, a uma realidade, e, por outro, é uma espécie de “discurso fechado”. Certeau faz distinção entre duas concepções do real: a) o real enquanto *conhecido* (aquilo que o historiador ou historiadora estuda, compreende ou ressuscita de uma sociedade passada), e o real enquanto *implicado* (a sociedade presente, a partir da qual o historiador ou historiadora lança problemas e constrói significados). São tendências diferentes e que instauram diferentes “apropriações” do real. A primeira remete à possibilidade de o historiador ou historiadora reviver o passado em sua prática; a segunda, como mostra o autor, “leva o historiador às hipóteses metodológicas de seu trabalho”, (DE CERTEAU, 2006: p. 46) à possibilidade de instaurar pertinências e produzir fatos.

Uma perspectiva, mais pretensiosa, evoca “o prestígio do aconteceu” – tentativa de decodificar o real, narrando um fato tal como se sucedeu; a outra visão, mais realista, declara a morte, para a história científica, do relato “daquilo que aconteceu”, e o exílio entre as *palavras* e as *coisas* – como o empreendeu Michel Foucault – que transforma a historiografia numa prática mais apta a conferir significados do que absorvê-los por dados

empíricos. Como destaca Certeau, “não se poderia concluir daí o desaparecimento do real”; isto é, a história não é “pura ficção”, e o real não sumiu, não deixou de ser real, apenas foi deslocado, em sua relação com a história, do *status* de “reconstituição” para o de “criação de modelos”. (FOUCAULT, 1992: p. 53)

Terceiro, a *história é um mito da linguagem*, cuja função é a de “criar ausentes”. O autor chama de linguagem aqui “o vestígio sempre remanescente de um começo tão impossível de reencontrar quanto de esquecer”. (DE CERTEAU, 2006: p. 57) Conforme ele analisa,

O discurso sobre o passado tem como estatuto ser o discurso do morto. O objeto que nele circula não é senão o ausente, enquanto que o seu sentido é o de ser uma linguagem entre o narrador e os seus leitores, quer dizer, entre presentes. A coisa comunicada opera a comunicação de um grupo com ele mesmo pelo *remetimento ao terceiro ausente* que é o seu passado. O morto é a figura objetiva de uma troca entre vivos. Ele é o *enunciado* do discurso que o transporta como um objeto, mas em função de uma interlocução remetida para fora do discurso, no *não-dito*. (DE CERTEAU, 2006: p. 56)

Em sua obra *O que é um autor?* Michel Foucault adota perspectiva similar à de Michel de Certeau, ao afirmar o parentesco da escrita com a morte. A escrita era concebida pelos antigos como uma forma de imortalidade: o autor perpetua-se através das obras que escreve. Foucault, porém, elabora a ideia de que a escrita passou a estar ligada ao sacrifício da própria vida, isto é da existência que se inscreve na obra e da biografia do autor que a escreve. Não é mais fonte de sobrevivência, mas de morte do autor, como coloca Foucault: “A obra que tinha o dever de conferir a imortalidade passou a ter o direito de matar, de ser assassina de seu autor”. Segundo ele, há também outro fator aí implicado:

Esta relação da escrita com a morte manifesta-se também no apagamento dos caracteres individuais do sujeito que escreve; por intermédio de todo o emaranhado que estabelece entre ele próprio e o que escreve, ele retira a todos os signos a sua individualidade particular; a marca do escritor não é mais do que a singularidade da sua ausência; é-lhe necessário representar o papel do morto no jogo da escrita (FOUCAULT, 1992: p. 36-37).

Com essa ideia, Foucault quer abandonar o modelo que se encontra arrolado na matriz da crítica literária moderna (exegese cristã), e apresentar a obra não como expressão da unidade de pensamento de um autor, mas da multiplicidade de seu pensamento – como “camadas sedimentadas”. A morte do autor u autora é aniquilação daquele que escreve enquanto uma “unidade de pensamento”. À medida que se constitui como obra, a escrita

instaura outras discursividades a partir daquela já instaurada na obra. Ao lançar uma obra, o autor ou autora abre um leque de possibilidades de acolhimento e aplicação das ideias ali desenvolvidas e, com isso, instaura discursividades, nos dizeres de Foucault, e “se mata” na obra.

Para Michel de Certeau, o discurso também nasce de uma “ruptura”: a que constitui o passado distinto de seu empreendimento presente. Ao se remeter a uma origem, sem perceber, o discurso histórico rompe com ela e a “mata”. A prática de muitos historiadores e historiadoras, porém, é uma antítese dessa perspectiva, no que acreditam poder recuperar memórias do passado, mas que são imediatamente extintas no ato ou tentativa de recuperação, conforme elucida o autor:

O discurso não deixa de se articular com a morte que postula, mas que a prática histórica contradiz. Pois, falar dos mortos é também negar a morte e, quase, desafia-la. Igualmente, diz-se que a história os “ressuscita”. Esta palavra é um engodo: ela não ressuscita nada. Mas evoca a função outorgada a uma disciplina que trata a morte como um objeto do saber e, fazendo isto, dá lugar à produção de uma troca entre vivos. (DE CERTEAU, 2006: p. 57).

Paul Veyne também fala sobre essa “natureza lacunar da história”. Para ele, ela se define por aquilo que oculta. Os tecidos constituídos pela narrativa são tecidos de “incoerência”, cheios de falhas e, ao mesmo tempo, de preenchimentos. “O historiador pode dedicar dez páginas a um só dia e comprimir dez anos em duas linhas: o leitor confiará nele, como um bom romancista, e julgará que esses dez anos são vazios de eventos” (VEYNE, 1998: p. 27). Destarte, o historiador deve se desfazer das ilusões de uma “história total”, pois uma história “pensável” só se constitui como tal, segundo Veyne, enquanto “história de...”. Diante dessa questão, a de uma história totalizante *versus* uma “história de”, surge a interrogação: “se tão vasto problema não interessa o historiador, o que lhe interessa?”. (VEYNE, 1998: p. 36)

É difícil, senão impossível, responder tal pergunta sem se render a subjetividades. Delimitar o que interessa significa colocar à parte uma série de outras questões. Todavia, tudo isso realmente se constitui num problema para o historiador se, como um historicista, ele toma “interpretações” por “certezas” ou dogmas. Se, em contrapartida, parte-se do pressuposto de que a história é subjetiva, como prefere Paul Veyne, um problema aparentemente “insolúvel” transpõe-se para o *status* de “uma saída” hermenêutica e metodológica ao historiador ou historiadora na tarefa de construção permanente de seu ofício. Para tanto, é necessário admitir, nos termos de Veyne, que a história é uma “ideia-limite”:

Sim, a história não é senão respostas a nossas indagações, porque não se pode, materialmente, fazer todas as perguntas, descrever todo o porvir; e porque o progresso do questionário histórico se coloca no tempo e é tão lento quanto o progresso de qualquer ciência; sim, a história é subjetiva, pois não se pode negar que a escolha de um assunto para um livro de história seja livre (VEYNE, 1998, p. 37).

Uma pergunta, porém, permanece: estarão os historiadores ou historiadoras do presente e do futuro dispostos a admitir não somente que a história é uma “ideia-limite”, quanto conviver com as possíveis e inalienáveis implicações de tal admissão?

Voltando a Ankersmit, o mínimo que se pode aferir, dada a complexidade de sua trajetória, é que em sua fase supostamente “pós-modernista” ele já flertou com esta perspectiva – a da história como uma “ideia-limite”. Isto fica evidente, por exemplo, no ensaio “Historiografia e pós-modernismo”, já mencionado. Lá Ankersmit afirmava que na fase pós-virada linguística da historiografia, que àquela época (fim dos anos 1980) encontrava-se incipiente, “o significado é mais importante que a reconstrução e a gênese”. Isto, pois, como ele prossegue, a meta dos historiadores, de reconstruir o passado tal como a ele ocorreu a fim de entender o presente, passou a ser a de “descobrir o significado de uma quantidade de conflitos em nosso passado ao demonstrar sua contemporaneidade”. Como ele explicita:

A história assim não é mais a reconstrução do que nos ocorreu nas diversas fases de nossas vidas, mas um jogo contínuo com a memória dessas fases. A lembrança tem prioridade sobre o que é lembrado. Algo similar pode ser dito sobre a historiografia. A escavação selvagem, gananciosa e descontrolada do passado, inspirada pelo desejo da descoberta de uma realidade passada e pela reconstrução científica desta, não é mais a tarefa inquestionável do historiador. Fariamos melhor se observássemos o resultado de 150 anos de escavação com maior atenção e nos perguntássemos mais frequentemente sobre o que significa o somatório disto tudo. Chegou o momento de *pensar* sobre o passado, mais do que de *investigá-lo*. (ANKERSMIT, 2001a: p. 131).

Ora, se a lembrança precede o lembrado, ou se a narrativa torna-se mais importante que o narrado, estamos diante do reconhecimento de que a linguagem tem papel proeminente no ofício historiográfico de modo que é difícil estabelecer limites exatos entre a criação (ou representação) e a descrição pura e simples do passado. Esse jogo contínuo, portanto, envolve tanto confiança quanto desconfiança do trabalho e escrita da história e, dessa forma, deve suscitar debate e revisão permanente entre os pares.

Em seu livro mais recente intitulado *Meaning, truth and reference in historical representation* (ANKERSMIT, 2012b), porém, vemos um Ankersmit mais conservador acerca

da relação entre a escrita da história e o passado. E isto fica evidente logo no início do primeiro capítulo, quando ele declara que a defesa básica que perpassa o livro todo é a de que a explicação historicista⁵ da escrita da história, neste caso associada com os escritos de Ranke e Humboldt, “é basicamente correta” (ANKERSMIT, 2012b, p. 1). Para este “novo Ankersmit”, por assim dizer, “nenhum historiador pode evitar a subscrição ao historicismo”. Até porque, como ele indaga, “qual poderia ser o propósito de sua atividade se ele rejeitar a defesa historicista de que a natureza ou identidade de algo reside em seu passado?” (ANKERSMIT, 2012b, p. 4). Não haveria sentido para os esforços do historiador ou historiadora fora dessa assunção, segundo ele.

Se não foi uma virada radical em relação ao texto “Historiografia e pós-modernismo”, o que vemos aqui, no mínimo, é uma tentativa de prosseguir na reflexão teórica sobre a história indo além da virada linguística. O que não podemos desconsiderar, porém, é o hiato de mais de vinte anos entre uma publicação e outra e o próprio processo evolutivo (ou “involutivo”, depende da perspectiva) tanto do pensamento de nosso autor quanto do debate da historiografia acerca dessa questão, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos – assunto que, devido à delimitação própria deste ensaio, deixamos para investigação posterior.

3 Conceito central: Representação Histórica

Para nós, o conceito fundamental da obra de Ankersmit é o de representação e o contexto em que este deve ser analisado é o dos debates sobre os conceitos de pós-modernidade e virada linguística, uma vez que há uma afinidade entre estes dois. Precisamos fazer uma breve retomada do sentido dos dois termos para demonstrarmos como ambos estão articulados com a reflexão sobre o conceito de representação.

As mudanças epistemológicas produzidas pela pós-modernidade e pela virada linguística meio que colocaram os intelectuais, de forma geral, e o historiador ou historiadora, em particular, diante de uma aporia. Se, por um lado, a pós-modernidade pode ser bem caracterizada pela implantação e difusão de uma epistemologia não dualista, a virada linguística conecta-se a esta visão à medida que afirma que o único ser acerca do qual se pode dizer algo é o a linguagem. Em síntese, significa pensar de forma monística a linguagem, o que denota refletir sobre ela sem fazer referência ao debate desgastado (para seus defensores e defensoras) sobre o modo como ela se relaciona com o mundo; isso implica em não operar mais a partir da lógica teórica da modernidade, que é

⁵ Segundo definição dada pelo próprio autor no livro, “historicismo é a crença de que uma adequada compreensão da natureza de qualquer fenômeno e uma devida apreciação de seu valor deve ser obtida considerando-o em termos do lugar por ele ocupado e o papel por ele desempenhado dentro de um processo evolutivo.” (ANKERSMIT, 2012b: p. 2).

epistemologicamente dualista e analisa a linguagem a partir de sua relação com o mudo extralinguístico.

Do mesmo modo que a modernidade tornou-se limitadora à medida que dispunha de uma epistemologia dualista e de uma visão de linguagem sempre fazendo referência ao seu exterior, alguns intelectuais da atualidade se veem em uma situação desconfortável e limitadora pelos horizontes propostos pela pós-modernidade e pela virada linguística. Este é o caso, por exemplo, de H. U. Gumbrecht. No seu ensaio “Presença na linguagem ou presença contra a linguagem” (GUMBRECHT, 2012: p. 61), afirma ter a pretensão de partir a linguagem para chegar a algo que não é a linguagem, para depois fazer o movimento em sentido contrário, o de retornar à linguagem a partir do que não é a linguagem. Suspeitamos que este também seja o caso de Ankersmit.

Nosso autor estaria desgastado com os debates sobre pós-modernidade e virada linguística, ou pelo menos incomodado com as limitações epistemológicas que os dois termos impuseram à reflexão filosófica da atualidade. Nesse estágio, para Ankersmit, não há teórico mais interessante que Derrida, pela profundidade de seus *insights* e a perplexidade causada por sua erudição, certamente, mas, sobretudo, pela revolução por ele causada. A impressão de nosso personagem é que, depois da leitura de Derrida da obra de um autor ou autora, um poeta ou um filósofo, nada mais resta a ser dito. É como se estivéssemos literalmente emudecidos, sem palavras, com nada mais a acrescentar. Em suas palavras, “Derrida verdadeiramente nos leva a um ponto muito distante e para além do qual ninguém mais pode ir. Aqui é que seu trabalho é verdadeiramente revolucionário e exatamente onde ele fez seu nome na história da filosofia” (ANKERSMIT, 2003: p. 421).

Em outras palavras, a desconstrução de Derrida, na visão de Ankersmit, produziu um encanto (ou desencanto) revolucionário em relação ao qual historiadores e historiadoras, sobretudo os que levam a sério as questões plantadas pela virada linguística, parecem conseguir se desvencilhar, como se tivessem chegado a um “ponto final” na historiografia. Porém, uma tentativa de ir além é o que percebemos por meio das conversas que tivemos com Ankersmit e o que pode ser visto em seus textos mais recentes, especialmente quando se põe a discutir o conceito de representação. Ele está tentando continuar a refletir teoricamente, ao invés de persistir em dizer as mesmas coisas de sempre, permanecendo na reflexão imposta pelos limites estabelecidos pela pós-modernidade e pela virada linguística. Ele estaria tentando fugir do caminho que seria o de simplesmente desistir da história, do passado e da “ética do historiador”, parando quase completamente de fazer e escrever história, como parece ser o caso do historiador britânico Keith Jenkins. É como se ele estivesse se perguntando: “Não podemos mesmo questionar como a linguagem produzida pelo historiador ou historiadora (historiografia) se relaciona com o mundo extralinguístico (história)?”

Temos a impressão que o caminho percebido por Ankersmit passa, necessariamente, pelo debate sobre o conceito de *representação*. A historiografia (linguagem) é definida como uma atitude de representação da história (mundo extralinguístico). A questão é o que Ankersmit quer dizer quando fala de representação. Sabemos que os historiadores modernos pensam a representação como um conceito alicerçado em uma epistemologia dualista: há a realidade em si e a representação desta realidade através linguagem escrita ou falada, do pensamento ou das práticas culturais. Mas Ankersmit é por demais erudito e requintado intelectualmente para cair nesta cilada epistemológica da modernidade. Ele conhece filosofia o suficiente para entender que esta relação entre representação e coisa representada foi por demais criticada pelos teóricos do pós-modernismo e pelos adeptos da virada linguística.

Como, então, Ankersmit articula a relação entre representação e coisa representada? Arriscamos dizer que ele o faz a partir do horizonte teórico da pós-modernidade e da virada linguística. A representação historiográfica seria um ato criativo, mediante o qual o historiador ou historiadora, através do uso da linguagem, dá ordem, cria, recria os mundos extralinguísticos do nosso passado. Dessa forma, ele reivindica “a prioridade da representação sobre a coisa representada. Na verdade, apenas conhecemos a coisa representada por meio de sua representação e, assim, sem a representação a coisa representada não existiria” (DOMANSKA, 2009: p. 180). Uma distinção aqui parece útil. Para ele, a declaração é “epistemológica”, enquanto o texto é “representacional”; qualquer um que procure compreender o texto por meio da epistemologia está condenado à impotência (DOMANSKA, 2009: p. 424), pelas razões acima já arroladas. Assim, o conceito de representação é fundamental para este autor, pois se enquadra no campo da estética, e não da epistemologia. A representação, assim, não tem grandes pretensões cognitivistas e, segundo Ankersmit, não poderia ser pega na armadilha do relativismo. Todavia, para ele – em um de seus primeiros textos falando especificamente sobre a representação histórica – isto não significa que a representação não esteja nem um pouco preocupada com o mundo (como era ou como é). Como este autor mesmo afirma: “O termo [representação] não deveria ser entendido de tal maneira que a frase ‘a representa b’ não implique nada no que concerne a existência de b” (ANKERSMIT, 1988b: 210).

Considerações finais

Nosso personagem está vivo e muito saudável e produtivo, o que significa dizer que ainda tem muito a contribuir com o campo da teoria da história. Existe uma dinâmica de um pensamento ainda em formação que deve ser levada em conta. Não duvidamos que alguma guinada ainda possa acontecer no campo intelectual ou mesmo no modo de pensar de

Ankersmit. Não ficaríamos surpresos com isso. Este é um primeiro fator limitador das afirmações que fazemos aqui sobre nosso historiador.

Outro fator que coloca limites em nossas análises é o fato de que os escritos de Ankersmit ainda são pouco conhecidos em nosso país, porque são pouco traduzidos. A maior parte de seus escritos está disponível apenas em inglês ou em holandês e em lugares que não conseguimos chegar, mesmo no mundo midiático como o nosso. Além disso, ele já escreveu tanto que um balanço mais apurado de suas ideias, bem como dos deslocamentos teóricos de seus escritos, demandaria ainda muitos anos de pesquisa, lacuna que pretendemos lacrar com pesquisas futuras. Cremos, todavia, que nossos *insights* aqui colocados poderão ter alguma utilidade no sentido de tornar nosso personagem mais conhecido e, assim, melhorar a qualidade de debates teóricos futuros.

Referências bibliográficas

ANKERSMIT, F. R. Historiography and Postmodernism. In: *History and Theory*, vol. 28, n. 2, Maio, 1988a.

ANKERSMIT, F. R. Historical representation. In: *History and Theory*, vol. 27, n. 3, Out. 1988b.

ANKERSMIT, F. R. Historiografia e pós-modernismo. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001a.

ANKERSMIT, F. R. Resposta a Zagorin. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001b.

ANKERSMIT, F. R. Invitation to historians. In: *Rethinking History*, n. 7, vol. 3, 2003.

ANKERSMIT, F. R. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In: MALERBA, J. (Org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006.

ANKERSMIT, F. R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Tradução de Jonathan Menezes, Gisele Iecker de Almeida, Maria Siqueira Santos e Alfredo dos Santos Oliva. Londrina: Eduel, 2012a.

ANKERSMIT, F. R. *Meaning, truth and reference in historical representation*. Ithaca, New York: Cornell UP, 2012b.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DOMANSKA, E. Frank Ankersmit. In: _____. *Encounters: philosophy of history after postmodernism*. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1998.

DOMANSKA, E. Frank Ankersmit: from narrative to experience. In: *Rethinking History*, Vol. 13. N. 2, Jun. 2009.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.

GUMBRECHT, H. U. *Graciosidade e estagnação: ensaios escolhidos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

MENEZES, J. Reinventando o fazer historiográfico a partir de certas aporias pós-modernistas. In: GIANNATTASIO, G. & IVANO, R. (Orgs.). *Epistemologias da história: verdade, linguagem, realidade, interpretação e sentido na pós-modernidade*. Londrina: Eduel, 2011.

OLIVA, A. S. Por uma Historiografia pós-moderna, pós-virada linguística e interpretativista. In: GIANNATTASIO, G. & IVANO, R. (Orgs.). *Epistemologias da história: verdade, linguagem, realidade, interpretação e sentido na pós-modernidade*. Londrina: Eduel, 2011.

VEYNE, P. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília: UnB, 1998.

WHITE, H. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2008.